

LEFIS

SOCIOLOGIA ILUSTRADA PELOS TEXTOS

Fernando Ponte de Sousa

APRESENTAÇÃO

O que se segue, com fins especificamente didáticos, é um conjunto de textos dos principais autores da sociologia clássica e da sociologia crítica brasileira, extraídos de suas obras mais significativas.

Para a leitura dos textos, como parte deste caderno, apresento aqui uma nota explicativa sobre o curso, bem como dois textos introdutórios para um melhor delineamento epistemológico e histórico do aparecimento e formação da Sociologia como ciência.

Os textos, agrupados por autor (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx), estão precedidos também de dois textos de comentários sobre os clássicos, e seguidos ao final de um comentário de cunho metodológico, objetivando um melhor aproveitamento do mesmo

Os autores mais expressivos da sociologia crítica brasileira. Florestan Fernandes e Octávio Ianni, também são aqui brevemente apresentados, bem como algumas de suas formulações. São contribuições importantes ao pensamento social brasileiro, a partir de análises mais amplas que as derivadas da influência eurocolonizadora.

Florestan, pela sua vasta obra, foi reconhecido em 2006, pelo Congresso nacional, como patrono da sociologia brasileira. Ianni, que ganhou vários prêmios, dedicou-se no final do século passado e início do século XXI, a análise do capitalismo como globalismo.

SOBRE O CADERNO

1.1- Premissas

O percurso da formação da Sociologia como disciplina e ciência social é amplo e variado, e qualquer ponto que se utilize como referência para dissertar sobre a mesma, é uma escolha com implicações relacionadas à visão de mundo e à experiência de quem o faz, seja como autor, seja como professor-pesquisador.

Sabe-se como tal amplitude é referenciada no passado histórico, quer como acontecimentos historiográficos, fatos sociais e mudanças de valores, quer como transformações sociais, desigualmente desenvolvidas, mas correlacionadas mundialmente, em diferentes repertórios e com diferentes traduções. Na contemporaneidade, os desafios e questões colocados como do presente, não se sustentam como atualidade que se reivindica nas teorias se estas não estiverem embasadas na história.

Por outro lado, estabelecer pontos de coerência nas teorias tomando como porto seguro a invariabilidade das leis, supondo o presente como já inteiramente determinado, é uma arriscada miragem, pois implica, por consequência em renunciar ao principal, ou seja, sermos sujeitos vivos da história. Se assim fosse, não se justificaria a existência da sociologia. Tudo já estaria explicado e compreendido, bastaria concordar em deixar as coisas como são.

Entretanto, a melhor engenharia, aplicada como um eficiente programa de computador, não substitui o pior cientista social, porque se as estruturas sociais e os sistemas já existentes, poderosamente organizados, pesam sobre nossos ombros, a reprodutibilidade social não se faz igualmente para todos e todas, e mesmo um limitado pesquisador se verá obrigado a indagar se as coisas não poderiam ser de outra forma.

Portanto, a atualidade de uma teoria sociológica depende de seu fundamento histórico tanto quanto de sua crítica ao presente, para tornar o futuro a possibilidade da mudança; fazendo-se a ciência também como reflexão crítica, muito mais do que uma conferência de dados. Se depois de cumprir todo o ciclo da pesquisa, o pesquisador chegou às coisas tais como elas são, para a sociologia crítica ele apenas deu o primeiro passo, tem agora tudo pela frente.

Considerando estas premissas, este caderno, no curto espaço de tempo previsto, procura articular a formação da sociologia – como fundamento teórico e como contexto histórico – com temas recorrentes na atualidade. Inclui-se aí uma passagem por uma importante contribuição, a da sociologia crítica brasileira, por vezes negligenciada nas atividades formativas.

Considera-se também a nova Orientação Nacional Curricular para o ensino médio, que indica a teoria, os conceitos e os eixos temáticos atuais como orientação geral.

1.2 Organização do caderno

Primeira Parte : introdução, epistemologia e história.

Segunda Parte: sociologia clássica – Serão estudados alguns textos de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Nestes textos, as leituras deverão estar mais focadas nos fundamentos teóricos dos autores, pois são, entre outros, os mais importantes para o prosseguimento dos estudos dos leitores, bem como para sua autonomia na elaboração dos seus planos de ensino.

Os clássicos não pesquisaram e nem escreveram sobre tudo, mas deixaram contribuições importantes, como pistas, sobre as principais tendências históricas e sociais.

Terceira Parte: Além de um breve histórico sobre a história da sociologia brasileira, os leitores deverão se dedicar à leitura de trechos de obras significativas de dois dos principais sociólogos brasileiros: Florestan Fernandes e Octávio Ianni. A partir, destas leituras, os temas mais recorrentes na sociologia crítica contemporânea serão estudados através de textos destes autores, bem como através de textos complementares: estado nacional, guerra e violência, globalização, etc.

1.3- Sugestões metodológicas:

Num curso de curta duração é impossível esgotar o estudo de uma obra importante, muito menos o de seu autor. Trata-se de uma passagem ligeira, escolhida pelos aspectos mais reconhecidos, mas pode servir para firmar indicações de estudo que sejam de interesse dos leitores.

Certamente a preocupação metodológica do professor, de como lidar com seus alunos e os seus interesses, que nem sempre coincidem com o melhor da ciência, é uma questão muito importante e não deve ser diminuída.

Mesmo os aspectos interativos mais bem sucedidos, entretanto, se mediados por um conteúdo vazio ou superficial, poderão trazer um dano intelectual incalculável, sedimentarão o senso comum através da formulação de perguntas cujas respostas sejam as mais aceitáveis. Isso é

o contrário da ciência. Especialmente na sociologia, onde o senso comum pode ser a idéia de que basta falar do social, não importa o que ou como, para fazer sociologia.

Diferente disso atua a pesquisa crítica, estabelecendo postulados com base em caminhos rigorosamente considerados, como observação, verificação, documentação, comparação e, principalmente, superação. Tal exigência tem pelo menos duas implicações:

Primeiro, entender as categorias e os conceitos que são constitutivos do texto, quer como discurso epistemológico, quer como discurso científico; partir do conhecimento de sua base teórica, ou sua linhagem metateórica, para entender o alcance de sua proposição, mesmo se tratando de um tema novo. No fim, é possível que nem o tema seja novo, nem a abordagem seja tão nova como foi prometida. Que originalidades poderiam ser sustentadas se as transformações que lhe dão razão não foram localizadas? Ou, qual a razão de sustentação de um discurso científico, se fecha os olhos do pesquisador às transformações em movimento? Não se trata de relativizar; ao contrário, é necessário estabelecer pontos de referência que orientem, que dêem direção.

Segundo aspecto, correlacionado ao primeiro e também muito importante: trata-se da razão dialógica que orienta a construção do saber. Se as referências são postas como unilaterais, únicas, sem se estabelecer como afirmação e negação das outras referências, serão pilares provisórios que não resistirão à práxis.

Por exemplo, é recorrente em algumas teorias sociológicas, desde pelo menos a década de 80, que o **trabalho** não é mais central como explicação sociológica da sociedade, face a outros referenciais identitários. Entretanto, várias das formulações não consideram a palavra *trabalho* para além do dado empírico imediato, ou seja, não a consideram como **categoria** epistemológica, ou como **conceito** do discurso científico, ou, mais ainda, confundem estes dois campos. Portanto, não se sabe exatamente o que se quer apagar do discurso, principalmente quando as palavras eleitas como *novos* conceitos substitutivos dos *velhos*, não subsistem sem esses.

Portanto, não se trata de exercitar, na leitura, o que sobra, mas o que falta. Como fica um texto sem os conceitos fundamentais? Talvez este seja um bom exercício de estudo didático: reconhecer os conceitos e procurar entender os nexos das idéias sem os mesmos, para entender a sua aplicação e importância.

Tal método implica em relacionar a reflexão com a informação histórica. Longe de decorar o texto para os alunos, trata-se de pensar os seus significados, relacionando-os às pesquisas sobre o assunto, destacando as categorias e conceitos mais articuladores da explicação sociológica, que podem aqui ser entendidos, para fins didáticos, como palavras-chaves.

A pesquisa deve ser atividade permanente do professor, mesmo que de forma simples e organizando seu material da maneira que lhe for possível. Assim como a aula ideal é aquela que tem o envolvimento dos alunos, o curso é facilitado quando o professor é um pesquisador.

2- APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO

Um primeiro fato a ser considerado é que o mundo das idéias que orientam as concepções científicas não tem seu desenvolvimento brotando unicamente de sua própria evolução, paralelo ao mundo do fazer. Esta separação, quando formulada, propõe o impossível, como se o saber e o fazer não fossem momentos relacionados de um mesmo movimento. Como se fossem duas linhas paralelas e independentes.

O fundamento teórico da ciência moderna pode então parecer um exercício de linguagem, com diferenças semânticas em disputa. Na realidade, a escolha das melhores palavras ou melhores expressões não se faz sem uma orientação básica, a visão de mundo predominante como foco de concordância ou de discordância, ou o “muito pelo contrário”, a quase omissão como estratégia de lidar com o poder que está presente também nas palavras.

O poder das palavras é um fato, se considerada a linguagem como a consciência da vida real, ou seja, expressão, comunicação, intelectualização e ideologização das relações sociais – compreendendo aí como as pessoas produzem socialmente a sua existência.

É possível estudar como as palavras compreendem uma época, mas é possível e necessário entender como uma época explica as palavras. Daí a dificuldade de se substituir palavras – quando são conceitos – de uma época. Agora, nesta dimensão, é o texto, o discurso, como uma articulação semiótica, que estrutura a formulação discursiva dos sujeitos como intervenção nas relações sociais de sua época. Por isso, objetividade não é sinônimo de neutralidade. O discurso científico, desde sua origem, é a busca da objetividade, mas orientada pelos interesses, desde a linguagem – sem o que não estaríamos falando de seres conscientes, e este *ser consciente* é um *ser social*.

A necessidade de legitimação das novas formas de poder, constituídas na modernidade, recorrem às teorias sociais de uma outra maneira, não apenas como “teorias sociais”, mas como “teorias científicas”. Esta suposta distinção, agregando o *científico*, parece dar um estatuto de verdade universal, independentemente de quem a formula – a suposta verdade – cuja autoridade, muito própria do iluminismo, é da racionalidade metodológica, e não mítica. Ou seja, o pensamento exige método e o conhecimento depende dele; abre-se o caminho para outra(as) racionalidade(s), rompendo-se a unidade do saber, o da igreja.

A unidade do saber da igreja, como sistema de poder, passa a ser abalada a partir do século XI pela produção do saber científico, de caráter mais prático e explicativo, quando os procedimentos metodológicos, os fatos, a observação e a experimentação começam a ser

critérios de aceitação ou rejeição. Isso, como dito anteriormente, não ocorreu como uma simples evolução discursiva.

Muitos dos principais conflitos econômicos, políticos e ideológicos desenharam cenários dramáticos, que hoje, vistos sob o olhar da história, parecem absurdos e bárbaros. Mas foi a vida de toda uma época.

Na longa transição do feudalismo ao capitalismo, a fronteira entre o velho e o novo não era nítida. As transformações em curso não eram admitidas por quem tinha muito a perder e as revoluções científicas – que vão se firmar nos séculos seguintes, especialmente nos séculos XVI e XVII, onde o experimento e o cálculo insistiam em ir além dos limites do sagrado como pensamento único – nem sempre contavam com os seus correspondentes no mundo institucional do poder como constituinte político.

Noutras palavras, as revoluções políticas podem até se desenrolar combinadamente com as revoluções científicas e culturais, mas desigualmente, porque atravessadas pelos interesses e pelas instituições, inclusive as universidades. Somente nos séculos XVIII e XIX, as revoluções na economia e na política, com intensas alterações na sociedade, faziam das idéias um mundo efervescente, criativo e prenhe de contradições e contestações. Novas contestações, inclusive, pois novos valores levantavam-se mais alto do que os “cantados pela musa antiga”.

Se o modo de produção social da existência, instalado como sistema histórico – o capitalismo – traz a ciência como legitimação, como racionalidade frente às obstruções das instituições e ideologias feudais, traz também limites à própria ciência. A transposição do saber, das teorias sociais em teorias científicas, praticamente condicionou (mas não impediu) em limitar e mesmo negar a teoria social crítica, aquela que nascia das novas contestações, dos de baixo e dos sobrantes no novo mundo. Afinal, o desenvolvimento do capitalismo tinha como elogio principal da ciência econômica (como economia política clássica – liberal), que o mesmo, na melhor das hipóteses, não comportaria ser igual para todos.

De certa forma, os fundamentos do saber unificado da igreja, para serem suplantados pelo saber científico – calculista, prático e operacional – exigiam, por sua vez, a obstrução da teoria social crítica, aquela que lhe negava quando refletia e elaborava – em parte, utopicamente – que a história não deveria ser contada até a história do capitalismo. O século XIX, que veio depois do Século das Luzes (o qual se caracteriza como o século da Ilustração, do otimismo do poder da razão de reorganizar o mundo humano), efetiva-se com toda a dramaticidade desta síntese: o de que outro espectro, que não o da revolução burguesa, rondava o mundo a partir da Europa.

A sociologia, que nasce como resposta a estes desafios históricos, teve num de seus criadores a tentativa de outra síntese: há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete, inclusive o conhecimento social. Auguste Comte (1798-1857) enriquece criticamente o ideário positivista de Saint Simon (1760-1825), trazendo, da formulação empirista e sistêmica, o determinismo das leis como objetividade científica. Remete para algum lugar da metafísica as formulações do idealismo racional (Immanuel Kant – 1724-1804, Friedrich Hegel – 1770-1831) e a um lugar não-científico os ideais transformadores em efervescência sócio-política e teimosamente persistentes.

No século XX e em sua passagem para o século XXI, no campo epistemológico, entre outras, três metateorias resistem como uma herança cujo espólio parece estar em permanente litígio: como desdobramentos de uma época, e como presença teoricamente organizada na sociologia, embora nem sempre perceptível ao conjunto dos sociólogos, pois vínculos antigos e novos misturam-se nestas linhagens.

Permanecem porque, num mundo de transformações e rupturas históricas de alcance universal, abalam-se os quadros sociais e mentais de indivíduos, classes e coletividades, com largas redefinições, como foi o iluminismo e a modernidade dos fins do século XIX para o século XX. Ao contrário de fáceis postulações, a história não agraciou a humanidade com o seu fim. Outras sínteses estão em movimento, contraditoriamente, mas ainda se fazendo.

Esquemáticamente, as três metateorias aqui esboçadas não são postas como modelos puros ou sistemas completos. São constructos, historicamente compreendidos, que organizam um universo conceitual com desdobramentos, muitas vezes transversais e não necessariamente coerentes. Como problematização filosófica e científica, as questões aí envolvidas formam o campo da sociologia do conhecimento:

COMTE - empirismo sistêmico – positivismo/evolucionismo/estruturalismo. DURKHEIM –
funcionalismo

KANT - fenomenologia – subjetivismo. WEBER – compreensivismo / funcionalismo

HEGEL - idealismo dialético. MARX – histórico-dialético

Embora certos conceitos sejam comuns às teorias, não é possível negar que as teorias acima têm campos próprios e, dependendo do seu uso, os desdobramentos metodológicos precisam ser considerados.

Na visão *sistêmica*, a idéia de totalidade está presente, sendo organicamente explicados os fatos sociais ou sistemas sociais, conhecendo as causas pelos seus efeitos. Os conflitos, quando não funcionais à própria sociedade, como o crime, através da pena, ameaçam a ordem social que é evolutiva. Em certas formulações, como a do positivismo, tomam o que é dinâmico como estático, não comportando em perspectiva as transformações sistêmicas. No funcionalismo, mais expressivo com a sociologia proposta por Durkheim (1858-1917), o plano descritivo, de que o que explica o fato social – objetivamente – é outro fato social, é utilizado por diversas correntes teóricas, que nem sempre têm presentes a pertinência dos conceitos: função, organismo, sistema, solidariedade, etc.

A *fenomenologia*, na elaboração kantiana, expõe a crítica da razão ao empirismo, a impossibilidade de chegar às coisas tal e qual elas são. Repercute na sociologia, com o neokantismo, na valorização do *sujeito* do conhecimento, com destaque à importância das escolhas individuais e tendo como foco as ações sociais (subjetivamente elaboradas) e não os sistemas de determinações. O impressionismo é o limite, daí o recurso de Weber (1864-1920) aos tipos ideais como formulação metodológica, como esforço interpretativo do pesquisador.

Os estudos *histórico-dialéticos* derivam, no plano dialético, de formulações desde a filosofia antiga, mas tendo em Hegel a principal formulação: a possibilidade das transformações, o real como movimento, contradições e superações. Na crítica de Marx (1818-1883) a Hegel e ao funcionalismo da economia política, a dialética desenvolve-se também como história, não apenas como idéia (auto-realização).

A história como um permanente devir compõe-se das estruturas sociais, mas também das ações humanas (sociais) nas transformações sociais. Isso implica na consciência social dos conflitos; logo, objetividade e subjetividade estão relacionadas não exclusivamente, como possibilidade da teoria crítica, ou do realismo crítico, no dizer do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1920-1995).

Seria inadequado estabelecer ligações diretas entre os fundamentos epistemológicos e as diversas perspectivas sociológicas. Mas uma aproximação é possível, pelas mediações dos conceitos e metodologias mais recorrentes. A leitura atenta dos textos mais elaborados, especialmente dos clássicos aqui citados, indica a influência dos mesmos, embora nem sempre reconhecidos pelos modismos acadêmicos – como se a história se fizesse por recortes textuais.

Este é um dos aspectos fundamentais para a atividade formativa e orientadora dos cientistas sociais. Para adentrarmos neste ponto é necessário então situar o aparecimento da sociologia no seu contexto histórico, resumidamente, antes da leitura dos textos dos clássicos postos neste caderno.

3- SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA NO SEU CONTEXTO HISTÓRICO

O surgimento da sociologia, na sua proposição de uma ciência da sociedade, tem relação direta com o racionalismo científico de outras áreas, como expressão do movimento épico da nova ciência nos séculos XV, XVI e XVII.

O nascimento da ciência seguiu o grande renascimento do comércio e da indústria que acompanhou a ascensão da classe burguesa nos séculos XV e XVI, e o seu triunfo político, na Inglaterra e na Holanda, no século XVII. O nascimento da ciência moderna segue de muito perto o nascimento do capitalismo, e a sociologia brota de seu ventre. O mesmo movimento ideológico que tensionou e revolucionou o universo normativo do feudalismo e da igreja, solapou também a tradição conservadora e escravista, ainda mais antiga, do mundo clássico.

O positivismo, que orienta, como teoria, o pensamento moderno, neste aspecto é progressista. Na ciência, como na política, o abandono da tradição significou uma libertação das possibilidades humanas, com outros projetos, cujos domínios estavam vedados. A curiosidade dos cientistas estendia-se às regiões mais distantes do planeta e do Universo e às atividades mais simples, como novas especialidades de um complexo orgânico que era tão mais intrigante, quanto mais desencantado.

Este rumo progressista, entretanto, forma consigo uma astúcia, seu limite revelava-se nas novas estruturas de poder da expropriação do capitalismo moderno, que se efetivava como sistema mundo – histórico, nem sagrado, nem natural, mas **único**. Desde então sua negatividade não estaria mais relacionada ao passado, mas ao futuro, ameaçado pelo negativismo crítico que entendia a revolução científica como movimento de uma revolução social permanente. Sob esta formulação, o que era sólido não resistiria às metamorfoses societárias.

Os conflitos sociais da revolução burguesa, não cabendo politicamente nos limites de suas instituições, faziam do poder uma relação constituída e constituinte. Suas contradições de ordem econômica e política postaram-se então como controle social, como contra-revolução, embora sob a denominação de democracia, que comportaria as desigualdades como uma nova

domesticação. Como se a condição de ser livre para pensar politicamente, fosse não fazer o que se pensa.

O aspecto inovador e ao mesmo tempo utilitário da ciência parecia enredar um paradoxo: muitos daqueles mais substancialmente inovadores foram os mais conservadores filosófica e politicamente. O Estado moderno é colocado como falta, o não-governo como anarquia (“*an*” significa ausência e “*arquia*” governo), caos; legitimavam-se as novas formas sociais de dominação com uma teoria de organização científica da sociedade.

O que se convencionou denominar de revolução industrial é um resumo ou marco de uma nova era na história, considerando o crescimento populacional da produção e dos serviços em escala e velocidades cuja grandeza tornava pequenas todas as grandes obras anteriores da humanidade. Os cem anos que vão dos meados do século XVIII até igual período do século XIX, consagram a gestação e triunfo da revolução industrial, traduzida também em profunda transformação da estrutura da sociedade, com tudo o que significou a desruralização e a urbanização.

O fortalecimento e a ampliação da burguesia como uma nova classe social advêm das atividades comerciais e manufatureira, até a industrialização e a constituição do capital financeiro. A nova classe social tem exigências próprias, como condição institucional e jurídica para garantia da nova acumulação de riquezas, como um processo que requer, ante suas crises, uma permanente expansão. Uma obra civilizatória, do ocidente ao oriente, do norte ao sul, cujos fins são justificativas a todos os meios.

É nesta escala, também mundial, que nascem as teorias sociais: o positivismo como afirmação progressista e ao mesmo tempo conservadora da sociedade capitalista de solidariedade orgânica e única na sua divisão do *trabalho social*, e o realismo crítico, indo além do romantismo, como postulação da práxis humana, além da *divisão social* do trabalho capitalista.

A sociologia, constitutiva das ciências sociais, outorga-se esta missão. Tornar funcional o mundo das idéias, explicar como funcionam as leis, não para dominá-las e desconstruí-las, mas para obedecê-las, é próprio de um período que necessitava de respostas aos desequilíbrios sociais, fontes de perturbações na economia, e hoje, mais ameaçadoramente, no meio ambiente.

Talvez por isso a sociologia crítica apareça inicialmente não das universidades, mas das ruas, das agitações das turbas e massas, da realidade mais rebelde que as mentes mais revoltadas. Com Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Marx e Engels, e outros, os manifestos mais contundentes, de duradoura atualidade histórica, foram escritos na universidade política, a dos movimentos sociais dos trabalhadores e intelectuais, os que eram requeridos pela burguesia como os seus inteiramente outro (o seu contrário), seus antagonistas inconciliáveis, sem cujo reconhecimento negativo o capital não resistiria como forma social. Portanto, não é de agora, com a sociologia pós-moderna, mas desde sua constituição, que a teoria social conservadora

requer para o capital a negação daquele que não pode negar: o trabalho. O sistema do capital, embora requisitado como livre pelos seus mais brilhantes expoentes, como atributo do individualismo, constitui-se como prisioneiro de suas próprias contradições: o Estado moderno é sua expressão política mais ideologicamente sancionada.

Estes desafios permanecem, mais agudos, e talvez mais claramente envolvidos com os interesses que partilham o processo decisório mundial. Guerras e insurgências, greves e movimentos autonomistas, movimentos ambientalistas, de gênero e de juventude, imperialismo, globalismo e interdependência, trabalho, desemprego e renda, desigualdade social e pobreza governança e sociedade civil mundial – são temas cada vez mais recorrentes e cada vez mais transversais. Possivelmente, destas temáticas, outros quadros mentais e outros conceitos serão elaborados ou reelaborados. Por exemplo, com o globalismo, certamente o conceito de transculturação terá seu lugar analítico. Marx, com a mundialização do capital, falava no surgimento da literatura universal.

Mas persistirão, como metateorias, as perspectivas teóricas que se definirão na práxis histórica, captando sentidos que forem além dos modismos editoriais e colonizadores.

Com estas considerações postulo que a sociologia, para ser formativa, precisa ser então crítica de si mesma, não naturalizando as relações sociais. E isso é apenas um começo do vivermos juntos.

Seguem os textos de: - Durkheim
- Weber
- Marx)

.....
.....

COMENTÁRIOS

Certamente nenhum dos clássicos aqui apresentados encerra a última palavra sobre as ciências sociais. Mas sem as obras destes autores, possivelmente a sociologia não seria o que é. A importância dos mesmos tem expressão nos conceitos, nos temas e nas teorias.

As preocupações e os referenciais que orientaram seus textos estavam relacionados aos desafios de uma época, cuja permanência no presente não tem como indicador o maior ou menor uso e desuso da linguagem mais peculiar e especializada. Afinal, o real pode ser entendido como o dado sensível ou como dado ideal, mas, sociologicamente, como teoria do seu conhecimento, é a produção dos conceitos que se efetivam como apropriação das dimensões teóricas e empíricas da prática, ou prática teórica, melhor dizendo.

Assim sendo, é importante entender a relação dessa apropriação, para que o discernimento do pesquisador não fique a esmo, sem rumo.

Se, para Durkheim, explicar o funcionamento da sociedade, como fato social objetivo e exterior ao sujeito, é o que justifica a existência da sociologia, para Weber, o funcionalismo não se faz sem compreender a relação entre indivíduo e sociedade, a subjetividade das decisões ante as relações de poder. Marx, que foi lido por ambos, postulou uma questão ontológica que permaneceu: *como explicar e compreender as transformações da sociedade?* – condição para a intervenção das pessoas como sujeitos vivos.

Neste conjunto não harmonioso ou não ordenado, onde se destacam nos autores a *evolução*, o *mundo da vida* e as *transformações*, a apropriação acima referida produz categorias com fins esclarecedores, estabelecendo normatividades e desconstruções, fontes limitadas e/ou não esgotadas, conforme a posição e situação social e imaginária do intérprete.

No plano mais abstrato, as apropriações conceituais das metateorias dos autores podem ser assim sinteticamente formuladas:

Sistêmica – funcionalismo/estruturalismo (como organismo, funcionalidade e normatividade), sem contradição, e sim evolução.

Fenomenológica – mundo da vida (alteridade, diversidade, cotidiano - universalidade ao singular), redução fenomenológica: deixa em suspenso as circunstâncias, os constrangimentos e as determinações, em troca da vivência e subjetividade; sem lugar para as grandes narrativas.

Histórico-dialético – indivíduo e coletividade, classes e grupos, povos, nações, cultura (processos e estruturas, dominação e expropriação, que supõe luta por emancipação) – sociedade

civil mundial como novo palco da história, transformação mundializada. Contradição: o que germina sua negação. As determinações estão nas necessidades, que podem ou não ser socialmente satisfeitas, e não nas causas dos efeitos (positivismo).

A leitura atenta dos clássicos, dependendo do texto, observará a coerência na organização dos argumentos, tomando como explicativos os conceitos e as categorias.

Na metateoria fenomenológica, por exemplo, não adianta perseguir no texto histórias comparativas, pois as grandes narrativas não são esboçadas, o relativismo predomina sob o significado (único) atribuído pelo próprio pesquisador, na gênese de cada formação histórica.

Na metateoria sistêmica, por sua vez, a escolha individual, o que parece ser a liberdade, é a coerção moralmente aceita pelo papel exercido pelo indivíduo.

Na metateoria histórico-dialética, a transparência das relações sociais, desfetichizar o que parece natural, é captar as possibilidades dos projetos humanos, como ontologia transformadora. Os planos descritivo e fenomênico são momentos metodológicos requisitados, mas não suficientes.

É necessário assinalar a importância do diálogo entre as teorias, mas convergências e semelhanças não eliminam as diferenças epistemológicas fundamentais. Uma pode subsumir as outras: o mundo da vida e a visão sistêmica do mundo podem ser vistos como modulações do movimento da história.

Outra modulação: a metodologia orienta que uma teoria apresenta-se como visão de mundo, não apenas quando o estilo de pensamento, mas quando também a linguagem revela os temas recorrentes e os conceitos utilizados como demarcações.

Finalmente, três sugestões como parte do estudo formativo da sociologia.

Primeiro, é possível, em qualquer uma das perspectivas teóricas aqui referidas, o ensino por **colocação de problemas**. Diria mesmo que isto é inerente à sociologia. Organizar questões que podem ser desenvolvidas como perguntas-chaves, ou como problemas de pesquisa. O constante questionamento, como colocação de problemas, não se faz como raciocínio circular do senso comum.

Para isso, uma segunda sugestão deve ser considerada: as abordagens temáticas, de alguma forma, diretamente pelos alunos ou levadas pelo professor, precisam estar conexas às pesquisas. Transformar informações em dados de pesquisa é o principal exercício de ensino por colocação de problemas. As iniciativas de pesquisa devem ser contempladas pelo menos com três campos de investigação: históricas, temáticas e filosóficas. O levantamento de notícias do dia-a-dia, sem estes planos de investigação pode apenas reforçar o senso comum. Além disso, tais planos fazem o elo principal da interdisciplinaridade da sociologia com a antropologia e a ciência política.

Por último, uma questão não menos importante. O ensino de sociologia não é ecletismo social, falar de tudo que é social para tornar relativo tudo o que é social. As referências conceituais e de pesquisa servem exatamente para sugerir *centralidades*, pontos de referência. E aqui é preciso uma formulação não-consensual, a de que pelo menos três centralidades desafiam a compreensão do mundo contemporâneo:

Alienação – categoria chave para entendermos uma sociedade que se faz por uma exterioridade que não apenas é estranha às pessoas, mas as domina.

Capitalismo – partir do óbvio, da sociedade realmente existente e não da imaginada, suas contradições e limites; seus riscos não devem ser menosprezados.

Sobredeterminação – supõe o esforço intelectual de estudar e entender que as determinações que pesam sobre os ombros das pessoas são, por sua vez, determinadas pelas ações sociais, conflitivas e socialmente insurgentes.

CORRELAÇÕES ATUAIS

Para melhor situar a importância eletiva dos clássicos, faz-se necessário aqui citar algumas tendências teóricas atuais correlacionadas como indicações de pesquisa. Ou seja, de alguma maneira estão presentes nos contemporâneos aqueles autores clássicos cuja linguagem talvez não seja especializadamente a mesma, mas as grandes questões sociais que ensejaram conceitos importantes, ainda estão presentes.

Os temas mais desafiadores que brotam da sociologia contemporânea, embora com largas contribuições originais, derivam-se de fundamentos teóricos pertencentes aos clássicos.

As crises sociais sempre reclamam, através de novos narradores algum tipo de sociedade higienista (DERRIDA,2004) sem paixões, sem conflitos, sem injúrias e sem violências, inclusive verbal. Mas parece trazer sempre consigo o risco de ressurgir ali onde não se espera, o que se pretende erradicar.

Sob as diferentes formas de medo, as crises sociais resistem em limitar a censura. É importante então, como formula Derrida : “em dar preferência à análise, à discussão, à crítica contra-ofensiva. O espaço público deve permanecer o mais aberto possível à liberdade de expressão” (DERRIDA,2004.p.96). A crueldade entre os homens vivos não se resolve com uma sociedade higienista, asseptizada, esterelizada. A sociologia crítica e formativa tem como condição para sua criatividade, para sua não esterelização, o espaço público, resistente à fetichização do mercado.

Reclama-se aqui, para o pensamento sociológico, a manifestação do sujeito contra os fetichismos que matam, a totalização e os novos dogmas (HINKELAMMERT,1999). Ainda para este autor, é como se ainda estivéssemos vivendo não uma mesma determinação, mas um percurso cuja alternativa e utopias são ainda palavras chaves: “a medida que se configuram problemas globais, planetários, de cuja atenção depende a sobrevivência de todos os seres humanos e a sustentabilidade do seu entorno natural, nessa mesma medida se afiança um totalitarismo cego ante tais problemas, que acelera os processos destrutivos, ébrio de um efficientismo abstrato fundado no mercado, no laboratório e na racionalidade meio-fim” (HINKELAMMERT,1994.p.7).

Este triunfo “definitivo” de um só mundo, que se autoconcebe criado e organizado se legitima tautologicamente. Não pode prometer e já não promete lugar para todos. “Afirma um poder total e indiscutido e prescindir de toda referência aos seres humanos concretos como fonte de legitimidade, afirmando a legitimidade por legalidade e por força”(idem).

Talvez Weber tratasse este quadro como um olhar de desencanto, cuja burocracia, racionalmente construída, fosse um capricho do fetichismo. Para Marx, era central a análise do fetichismo como crítica da economia política, dar visibilidade ao invisível, expor a divisão social do trabalho onde se planta a decisão sobre a vida e a morte.

PÓS-MODERNIDADE

A teoria pós-moderna pontua-se pela impossibilidade das teorias sociais sobre a sociedade, o desenvolvimento social ou a modernidade: a possibilidade do entendimento é limitado a alguns de seus fragmentos. Este é o ponto de vista de Michel Foucault, cujo itinerário de pesquisa, que passou a ser conhecido como arqueologia, é debruçar-se pontualmente sobre as relações de controle e monitoramento, tais como: o crime, o corpo, a loucura, a sexualidade e as instituições (prisões, hospitais e escolas).

Em relação aos sistemas organizacionais modernos Foucault destaca o discurso como expressão e articulação de poder, e central com relação ao controle sobre formas alternativas de pensar ou de falar.

Ainda na linha do pós-modernismo destaca-se o autor francês Jean Baudrillard, para quem o mundo pós-moderno é a negação da possibilidade do socialismo, dado a pluralidade e a diversidade. Seus conceitos básicos são: flexibilidade, diferenciação, mobilidade, comunicação e descentralização. Se a contribuição de Marx foi importante para a crítica da sociedade capitalista, não mais tem validade frente ao caos, onde as imagens são as determinações principais: sinais cujos significados são intrínsecos, sem relação com as estruturas sócio-históricas, dissolvidas nos espetáculos de mídia. É possível que este reducionismo fenomenológico, se não supera as grandes questões deixadas pelos clássicos, pelo menos tenta deslocá-las, abstraindo-as da totalidade concreta.

REFLEXIVIDADE E RISCO

A discussão modernidade x pós-modernidade exauriu-se, sem trazer avanços nos grandes temas. Como dizem Giddens e Beck (1997), é a idéia de modernização reflexiva que “rompe amarras”. Junto com isso a noção de destradicionalização, ou seja, parece que, não removidas do planeta as grandes questões mais decisivas, opera-se então sua mudança de status – obra do conhecimento humano reflexivo.

Um ponto de confluência, apesar do recurso de mudar o status de certas questões. Embora o futuro se pareça, para estes autores, cada vez menos com o passado, tem se tornado muito mais ameaçador. Voltamos a falar do mesmo percurso dos clássicos? Mesmo sob outra linguagem, o fetichismo é secundarizado, destituído do status de conceito, e em seu lugar a noção de risco (BECK, 1997, GIDDENS, 2005), especialmente o risco produzido (aquecimento global, alimentos geneticamente modificados), além dos riscos externos (do mundo natural, não relacionados às ações humanas).

A noção de risco e a reflexividade serviriam para (GIDDENS, 1989) elucidar o indivíduo como agente reflexivo – posicionamento, a despeito dos constrangimentos estruturais. Evitar a dualidade, estrutura e indivíduo, é reduzir a história não à coerção, na tradição Durkheimiana, mas à copresença do indivíduo, que estabelece na estrutura as oportunidades e não a coerção. Simples, os estados de anomia resolvem-se por uma terceira-via. Quando a empresa demite seus funcionários, que foram estimulados a serem também consumidores de seus produtos, a saída é o crédito, para ambos, capital e trabalho. Tautologicamente, o Estado, como fator extra-mercado, legitima-se se financia a empresa a avançar nas suas aplicações tecnológicas desempregadoras e “financia” os trabalhadores a serem “novos” empreendedores. A receita do Estado, originada dos impostos cobrados direta e indiretamente aos trabalhadores, que financia o desemprego, é aqui o

fetichismo que precisa ser desconsiderado, em troca do conceito de risco. E o que sobra serve para defender os estabelecidos dos riscos do submundo da sociedade que ninguém quer ver, como a migração internacional e os moradores de rua.

Para Ulrich Beck, a sociedade industrial envelhece e desaparece, substituída por uma “sociedade de risco”. Não é o caos proposto pelos pós-modernos, trata-se do risco ou incerteza que pressupõe então, como tarefa vital o controle, como um aspecto da reforma social e política, que não depende mais dos mecanismos formais, mas da sub-política – o ativismo dos inúmeros grupos e movimentos. Nesta formulação a novidade está em retomar o esforço de funcionalidade. Uma reforma moral estaria em andamento.

Mais contundente fora Naguib Mahfouz, escritor egípcio, que na ocasião da cerimônia do recebimento do prêmio Nobel de literatura de 1988, disse: não sejamos espectadores de nossa miséria. Aludia à miséria que brota das relações entre o mundo desenvolvido e o Terceiro Mundo. O realismo social de Mahfouz foi impedido, durante certo tempo, de ser publicado nos Estados Unidos, não quiseram correr este risco.

Com o mesmo realismo que a reflexividade acrítica dispensa, Frank Castorf, diretor de teatro alemão contemporâneo, expressa como o mundo cosmopolita reivindicado como civilizado pela sociologia acrítica, alimenta-se da carne que vem do interior e dos países largados, para ser moída na metrópole. O risco para este diretor, não é exatamente apenas a carne suína sem os devidos cuidados fitossanitários. Daí sua peça Na Selva das Cidades, no seu dizer é montada para provocar a desconfiança.

INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

Outro parâmetro acadêmico que também gira em torno da mesma questão, estrutura e indivíduo, é o individualismo metodológico, uma proposta aparentemente nova, que pretende rever velhas explicações consideradas inadequadas.

Também postula mudanças sociais vertiginosas e a obsolescência dos conceitos e categorias que perderam seus referenciais empíricos (HAGUETTE, 1987), daí o caos teórico. Gerald Allen Cohen (Karl, s Marx y theory of history: a defense, 1978) e John Elster (Marx hoje, 1989), são apoiadores do individualismo metodológico e Adam Przeworski (Marxismo e escolha racional, 1988), da escolha racional. Apresentam-se como originados desde Marx, passando por Sartre e Lukács, onde enfatizam o papel do indivíduo e da escolha.

Para tais autores, resta a questão não resolvida de como transcender o indivíduo e captar as relações existentes no sistema social. O subjetivismo do marxismo analítico é diferenciado no amplo leque que o compõe, cuja diversidade garantiu originalidades. Entretanto, questionamentos importantes foram observados, criticamente ao marxismo analítico, principalmente pelo fato de eliminarem de Marx um aspecto estrutural e histórico valioso, as classes sociais, em troca do privilegiamento do indivíduo como “motor da história”.

O IMATERIAL

Outra formulação que tem influenciado o pensamento sociológico contemporâneo, neste esforço de desfazer-se de velhos conceitos, é a de André Gorz, sociólogo vienense e residente na França, autor de vasta obra.

Para Gorz (2003) atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno, centrado na valorização do capital imaterial.

Destitui-se toda a base da forma social do capitalismo, pois o mesmo, ao contrário da tradição de Adam Smith à Marx, não se sustenta no trabalho abstrato, e sim no “trabalho complexo”

(GORZ,op.cit).Tal mudança, segundo ainda Gorz, deriva de algo que não é novo, o conhecimento como a principal força produtiva que provocou mudanças que comprometem as categorias econômicas chaves. Traz consigo uma outra categoria, nova, a dos empregados incorporados ao saber: o capital humano.

Tal formulação é contundente na crítica à privatização, à racionalidade econômica e à lógica do lucro capitalista. Inspirado em Sloterdijk, Na André Gorz diz que os senhores e os violadores tenderão a recorrer aos hábitos alotécnicos no domínio da homeotécnica, ou seja, tratar os genes como uma matéria primeira para fins de dominação. Mas a denúncia de tal forma de dominação, própria do capitalismo de valorização do imaterial, não traz consigo o potencial “que permite libertar uma ética de relações sem inimigos e sem dominação” (GORZ, 2003. p106). É como se o fracasso dos senhores e violadores não trouxessem consigo a reforma do pensamento. Fica a incógnita: quem conduzirá a necessária “batalha do espírito”?

É como se a tentativa de vitalização de novos conceitos , numa forma social entre capital e trabalho sob outra dimensão, a imaterialidade, retomasse a alternativa histórica como utopia.

RAZÃO COMUNICATIVA

Trata-se então de uma era de transições, no dizer de Hbermas (2003), de uma política de poder, clássica, para uma política desprovida de um governo mundial. Como pano de fundo da vasta obra de Habermas, a presença da razão comunicativa e a delimitação do que pode ser o espaço público, a proposição de posicionar-se contra o fatalismo (Heidegger) e contra o niilismo (Nietzsche), pela necessidade de se manter a capacidade discriminadora. Sem o que, como estabelecer medidas entre o correto e o falso, entre facticidade e validade? É preciso então uma correspondência entre direitos humanos e o processo democrático.

Hbermas parte dos clássicos. Considera a importância da obra de Marx, utiliza-se até de certos recursos, que devem ser mantidos, mas expõe que este tornou-se obsoleto e recorre a Weber como fonte alternativa. Sinteticamente, para Habermas, os problemas fundamentais identificados por Marx no capitalismo ainda estão presentes – por exemplo as depressões e as crises (GUIDDENS,2005). Daí a necessidade da esfera pública como controle sobre os processos econômicos, como estrutura da democracia. A importância dos organismos comunitários e dos grupos locais é destacada ante os limites dos procedimentos democráticos que envolvem os poderes constituídos cristalizados, como parlamentos e partidos. A questão, nos contornos teóricos formulados por Habermas, é que sua crítica aos pós-modernos abstrai a realidade das relações de força, como se dependessem de contingências, ou da bondade a ser instaurada consensualmente, cujos recursos conceituais não substituem aqueles formulados pelos clássicos, por exemplo, os relacionados a divisão social do trabalho.

A ANÁLISE DE SISTEMAS MUNDO

O fim do mundo, mundo do capital, é a abordagem de um influente sociólogo norte-americano, Immanuel Wallerstein. Inspirado num certo neoanarquismo, decreta, analiticamente, o fim do sistema mundo do capital, ao mesmo tempo que coloca como pretéritos os movimentos de esquerda, os movimentos comunistas e os movimentos de libertação nacional. Sua análise de sistemas mundo, toma forma nos anos 70, dado as condições do próprio sistema,acontecimentos geo-políticos que obrigavam se considerar nas análises sociológicas o Terceiro Mundo – especialmente África e América do Sul. Antes, as teorias sociais monotéticas, “só se aplicavam de fato ao que era considerado o mundo moderno “civilizado”, e julgava-se que somente a Europa/América do Norte pertencia a este mundo”(WALLERSTEIN,2002. p.232).

O que era argumentado como diferente, segundo o autor, esquecia que as condições são as mesmas. Esquecia-se, com base numa argumentação etapista da modernidade, que a passagem não estava explicada quando omitia-se o declínio dos sistemas. Com essa análise,Wallerstein

evidencia os limites da teoria que baseava-se nos modelos de desenvolvimento das etapas, que não resistiu à recusa dos revolucionários de 1968 – que negaram suas premissas epistemológicas.

Contra a teoria da modernização, inspirado na crise revolucionária de 1968, o autor defende a noção de globalidade como unidade de análise que aponta para o sistema-mundo, em vez de fazê-lo para a sociedade/Estado, onde as partes não podem ser entendidas separadamente. Decorre da globalidade o seu desdobramento epistêmico muito importante, a historicidade, onde sistemas são vistos historicamente, nascem, desenvolvem-se e declinam, como impérios e como economia-mundo e sistema-mundo.

A historicidade, neste aspecto, é recorrer aos dados passados para testar as generalizações da ciência social derivadas da análise de dados contemporâneos.

Aplica-se também a noção de unidisciplinaridade como condição para os cientistas sociais serem capazes de “construir uma ciência social que fale da transformação social mundial pela qual estamos passando” (p240).

A busca por uma sociedade justa pode orientar as ciências sociais, e aqui Wallerstein dispensa a contribuição dos pós-modernos. Entretanto, afora um certo grau de determinismo, às ciências sociais, mais do que qualquer sujeito social, Wallerstein situa a audácia de demonstrar as transformações em curso.

ALTERNATIVAS COMO NECESSIDADE

Seguindo os passos de Marx, Rosa Luxemburgo e Lukács, entre outros, Istvan Mészáros, autor de reconhecida obra em filosofia e amplamente respeitado na sociologia marxista de influência lukacsiana, correlaciona-se aos clássicos aqui citados. Destaco aqui, de sua obra, a atualidade de uma questão formulada no âmbito das indicações anteriores: “a proposição de Marx, de que “num futuro indeterminado os indivíduos seriam forçados a enfrentar o imperativo de fazer escolhas certas com relação à ordem social a ser adotada, de forma a salvar a própria existência” (MÉSZÁROS,2003.p.107).

A base de tal consideração, é a certificação de que o capital depende absolutamente do trabalho “dado que o capital não é nada sem o trabalho”; a dependência do trabalho em relação ao capital é historicamente criada e, sendo assim, historicamente superável. Noutras palavras, não estão os homens e mulheres condenados a continuarem eternamente sob o jugo do capital e todos os seus impactos destrutivos (objetivos, subjetivos, sociais e ambientais).

Possivelmente, com o rigor que a ciência social requer, entre a barbárie e o futuro não há “terceira via”. Mais do que riscos específicos de gestão e de controle, o que se coloca é que o extermínio seletivo, socialmente aplicado no curso do desenvolvimento destrutivo, reafirma categorias do conhecimento, ampliando-as em escalas, essas sim, não imaginadas a não ser na dimensão mundializada.

As formas sociais historicamente criadas, que envolvem o conhecimento sobre o imperialismo, a hegemonia global, as crises estruturais, as classes sociais (nas condições de existência do capital da propriedade e do trabalho), o fetichismo e as estratégias de naturalizar as formas de dominação – são categorias analíticas relacionadas às centralidades antes referidas: alienação, capitalismo e sobredeterminação, que envolvem diferentes campos de análise em constatada atualidade. O deslocamento das questões vitais, em nome de uma prometida e esperada prosperidade, toca subjetivamente com a expectativa da normalidade capitalista. Esse feitiço não mais encanta, e coloca em pauta, de forma profundamente radical, a crítica sociológica da mudança histórica sem história.

Como diz Ellen M. Wood: “O mundo está sendo crescentemente povoado não por alegres robôs, mas por seres humanos cada vez mais indignados” WOOD,1999.p.22).

O desafio que se apresenta, na consideração aos clássicos da sociologia, é destacar as formulações mais críticas que dão sentido à ciência, para com isso enfrentar as realidades do presente que o pós-modernismo tentou deslocar subjetivamente.

Bibliografia citada

- DERRIDA, Jacques & ROUDINESCO, **De que amanhã... diálogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- GIDDENS, A., BECK, U., SCOTT L. **Modernização reflexiva- política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Unesp, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre Artmed, 2005.
- GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo Anna Blume, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Era das Transições**. Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 2003.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HINKELAMMERT, Franz J. **Ensayos**. Editoria Caminos, Habana, 1999.
- MESZÁROS, Istvan. **O século XXI- socialismo ou barbárie**. São Paulo Boitempo, 2003.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Como o concebemos do mundo o fim- Ciência sócia para o século XXI**, Rio de Janeiro Renan, 2000.
- WOOD, E. & FOSTER, J. B. **Em defesa da historia**. – marxismo e pos-modernismo. Rio de Janeiro Zahar, 1999.